

“O PLANEJAMENTO TURÍSTICO COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO CULTURAL EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA”

Ivie Nunes de Santana

O Vale do Ribeira se caracteriza por ser a região mais pobre do Estado de São Paulo. Seu contexto de marginalidade social está atrelado a processos de concentração de terras, despovoamento regional em direção aos centros urbanos e exclusão política da região em relação aos planos governamentais de desenvolvimento (RODRIGUES, 1998). Com esse histórico, a situação social do Vale se traduz em conflitos fundiários, baixa urbanização, falta de acesso da população aos serviços básicos de infra-estrutura e carência de alternativas de desenvolvimento econômico regional.

Paralelamente, a região abriga os maiores remanescentes de Mata Atlântica do país, resultado do relativo isolamento em que se manteve até então. Este fato, aliado às práticas sócio-culturais de produção da região – como as atividades agrícolas de subsistência e extrativistas – garantiram em boa parte a conservação dos recursos naturais locais e dotaram o Vale como área de importância ambiental, regulamentada pela criação de unidades de conservação em quase toda a sua extensão.

Atualmente, as perspectivas de desenvolvimento da região giram em torno dos limites de uso do potencial ecológico existente, controlado por uma série de restrições ambientais, inclusive para a manutenção de atividades econômicas extrativistas tradicionais. Por outro lado, a necessidade de se criar mecanismos de desenvolvimento social que respondam às demandas de geração de emprego e renda e melhoria no acesso a serviços de infra-estrutura como possibilidades de diminuição da pobreza regional, submete o Vale do Ribeira a um conflito permanente entre desenvolvimento e preservação (HOGAN *et al.*, 2000).

Partindo de um território caracterizado como sendo de baixo desenvolvimento social, regulado por restrições ambientais, reconhecido culturalmente como pertencente a um grupo social, o turismo se coloca como condicionante territorial e como alternativa potencial de integração de demandas locais. Em torno dessa proposta, os territórios quilombolas surgem como recurso político de intermediação e controle das ações territoriais, incluindo a conformação da atividade turística. Esta, por sua vez, revela um campo relacional de poder (RAFFESTIN, 1993) em torno da apropriação material e simbólica do território, entre diferentes grupos sociais atuantes no processo de produção do espaço regional.

O município de Eldorado conta com cerca de 74% de sua área total ocupada por vegetação nativa e abriga a sede do Parque Estadual de Jacupiranga, uma das unidades de

conservação criadas no Vale do Ribeira. As comunidades de Sapatu e André Lopes são compostas por populações rurais que vivem no entorno do parque e se caracterizam por serem remanescentes de quilombos, que segundo *Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Brasileira de 1988*, têm direito à propriedade e à titulação de suas terras, emitida pelo Estado (SEPPPIR, 2005).

Essa condição lhes dá legitimidade para gerir seu próprio território, classificado como área de preservação ambiental e mantido em grande parte ainda, sob administração do Estado. Atualmente, as comunidades já se encontram envolvidas com a atividade turística através da prestação de serviços relacionados às visitas ao Parque. Sua participação, entretanto, já não está restrita à condição de servidoras, mas endossada pelo reconhecimento de seu direito a terra, as comunidades se posicionam juridicamente como futuras administradoras de recursos pertencentes ao seu território. Esse papel tem sido exercido frente aos poderes públicos, instituições privadas, organizações não-governamentais, instituições científicas e outros possíveis atores envolvidos na normatização do território, considerado *território quilombola*.

Ferreira *et al.* (2001) faz uma análise das relações entre os grupos sociais no Vale do Ribeira e no litoral sul de São Paulo, estabelecidas em torno da instalação de unidades de conservação envolvendo moradores, instituições públicas e ong's, e observa que tal processo foi constituído por diversas fases. Estas, por sua vez, vão desde os conflitos gerados entre moradores e instituições, marcados por sentimentos de revolta e desconfiança, passando pela constituição de relações institucionais entre os diferentes atores em prol da gestão compartilhada do território, até o fortalecimento da condição política de direito e representação das populações locais.

O turismo ressoa como importante atividade econômica, adaptada às condições de uso do território, tanto por uma demanda social, referente à necessidade de geração de trabalho e renda, como por uma norma externa, de cunho ambiental, mantida pela legislação pertinente a áreas de preservação ambiental. A sua prática, tal como no caso das unidades de conservação, compreende um processo de institucionalização territorial, em que diferentes atores se interpõem conectando noções e ações de uso culturalmente diferenciadas. A identidade quilombola, como recurso político de acesso a terra, se faz presente nas determinações e escolhas que as comunidades buscam materializar no território e o turismo, fora do contexto tradicional de produção social, é mediado também por essa variável.

Envolvendo todas as condições simbólicas e materiais de apropriação do território, a atividade turística pode, a partir da gestão comunitária, configurar-se em um instrumento de ordenamento territorial orientado segundo os preceitos tradicionais de uso da terra. Nessa

perspectiva, o planejamento surge como proposta de trabalho e de intervenção política para que as comunidades manifestem espacialmente suas intenções, bem como busquem acomodar as intenções externas, igualmente constitutivas do território que as identifica.

Analisar o processo de planejamento do turismo empreendido por populações quilombolas, considerando a prática da gestão comunitária frente à institucionalização de políticas fundiárias e ambientais no território.

A produção do trabalho está dividida em dois eixos: o trabalho de campo e o trabalho teórico.

O trabalho de campo é constituído pelas oficinas de planejamento que contemplam 32 horas de trabalho mensais em cada comunidade durante o período de seis meses, e por pesquisas qualitativas, na forma de entrevistas e questionários, feitas com membros das comunidades envolvidas, bem como com possíveis agentes envolvidos com o desenvolvimento da atividade turística e com a normatização atual do território; o trabalho de campo ainda compreende o levantamento de materiais e documentos produzidos que tenham relação com o tema da pesquisa.

O trabalho teórico, a princípio, norteia a produção e a metodologia utilizadas no trabalho de campo e, na seqüência, é resultado das análises produzidas a partir deste trabalho, compreendendo também a relação do “*Programa de Extensão Comunitária Comunidades Quilombolas - UNICAMP*”, mantida através do *Grupo de Trabalho de Turismo* com as comunidades.

A tentativa de acomodar a institucionalização de políticas fundiárias e ambientais em um mesmo território carece do reconhecimento e da instrumentalização das populações locais. A falta de articulação e diálogo na sobreposição dessas políticas tem gerado senão conflitos, processos morosos de resolução e concessão de direitos civis adquiridos. No caso de populações reconhecidas como tradicionais, o caráter cultural pode se tornar um recurso de representação política, especialmente quando se trata de áreas de preservação ambiental cujos planos de desenvolvimento local devem se orientar por essa condicionante.

Considerando o caso das comunidades quilombolas do município de Eldorado no Vale da Ribeira/SP, busca-se compreender se o planejamento do turismo, baseado em noções comunitárias de gestão, pode fomentar um processo de legitimação cultural no espaço. As comunidades em questão possuem um histórico de luta pela terra em que diferentes atores – poder público, iniciativa privada, organizações não-governamentais, instituições científicas – se sobrepõem influenciando a forma de apropriação de uma porção do território que lhes foi

constitucionalmente outorgada, e onde a atividade turística surge como alternativa de geração de renda e desenvolvimento social para as comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, L. C. *et al.* Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e Ongs no Vale do Ribeira e litoral sul, SP. *Revista IDÉIAS*, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, ano 8, n. 2, p. 115-149, 2001.

HOGAN, D. J. *et al.* Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. In: HOGAN, D. J. *et al* (orgs.). *Migração e meio ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2000. p. 385-410.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993. 269p / v.29. Série Temas, Geografia e política.

RODRIGUES, I. A. A dimensão sócio-ambiental e o manejo de áreas naturais sob proteção. In: BARBOSA, S. R. C. S. (org.) *A Temática Ambiental e a Pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM*. Campinas: Núcleo de Estudos e Pesquisas e Ambientais/UNICAMP, 1998. p. 153-178 / n.4. Textos NEPAM, Série Divulgação Acadêmica.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Programa Brasil Quilombola*, Brasília, SEPPIR, 2005.